

**HABEAS CORPUS Nº 465.189 - PB (2018/0211805-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : JOAO WANDERLEY DE MEDEIROS JUNIOR**  
**ADVOGADO : JOAO WANDERLEY DE MEDEIROS JUNIOR - RN001137A**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : DIEGO PEREIRA SANTOS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIEGO PEREIRA SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 1º/2/2018 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, II, do Código Penal, c/c o art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A custódia foi convertida em prisão preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, o Tribunal de Justiça denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 14):

*SUPOSTA PRÁTICA DE ROUBO QUALIFICADO E HABEAS CORPUS CORRUPÇÃO DE MENORES. DECRETO PREVENTIVO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO SUSCITADA. DECISÃO, SATISFATORIAMENTE, MOTIVADA NA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA ANTES DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. GARANTIAS DA MAGNA CARTA E DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL ATENDIDAS. CONDIÇÕES PESSOAIS. AUSÊNCIA INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DE ÓBICE À CUSTÓDIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO. DENEGAÇÃO.*

*- Decisão que atende aos comandos constitucionais e legais, porquanto refere concretamente as circunstâncias fáticas que evidenciam a necessidade da custódia processual como garantia da ordem pública. Materialidade e indícios de autoria demonstrados.*

*- Em que pese a conversão da prisão em flagrante em preventiva ter ocorrido antes da realização da audiência de custódia, não restou configurada ilegalidade na sua manutenção, uma vez que o cerceamento à liberdade atendeu todas as garantidas da Magna Carta e do Código de Processo Penal.*

*- A demonstração de que o paciente é primário e detentor residência fixa não é preponderante a ensejar sua soltura frente à perseguida preservação da ordem pública, da instrução criminal e a garantia da*

*aplicação da lei penal.*

*- Diante da nova legislação atinente às prisões processuais, temos que as medidas cautelares nela previstas não são adequadas ou suficientes para os delitos em questão ( roubo qualificado e corrupção de menores), já que a garantia da ordem pública impõe a custódia preventiva do ora paciente, diante da pena cominada a estes delitos.*

Alega-se, no presente *writ*, que não existe fundamentação idônea apta a justificar a prisão preventiva decretada.

Afirma-se, além disso, que o paciente possui condições pessoais favoráveis.

Dessa forma, requer-se, no mérito e liminarmente, a revogação da prisão preventiva.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 113/115).

Informações prestadas (e-STJ fls. 120/135 e 137/143).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fl. 145/152).

Informações atualizadas prestadas (e-STJ fls. 158/165).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Guarabira/PB, verifica-se que o paciente, na data de 18/9/2018, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora paciente o benefício da liberdade provisória, o presente *habeas corpus* – que objetivava, justamente, a liberdade do paciente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

